



A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE HUMANAS DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Lidiane Silva Rocha Magalhães [*]; Fernanda Telles Márques [**]

O artigo objetiva refletir sobre o estado do conhecimento acerca da questão étnico-racial em livros didáticos da área de Humanas disponibilizados pelo PNLD aos estudantes do ensino médio. O estado do conhecimento, que consiste em um tipo de pesquisa bibliográfica, foi realizado a partir de buscas em duas bases de dados. Para que as buscas ocorressem, inicialmente foram fixados os descritores, delimitado o recorte espaço-temporal e estabelecidos os critérios de triagem. Na sequência, o material foi integralmente lido e organizado a partir de categorias temáticas, favorecedoras da discussão por eixos. Como resultado, constatou-se que nem todos os trabalhos selecionados travam debates teórico-conceituais acerca dos usos da categoria raça, contudo, em todos eles consta o entendimento de que, não obstante as mais de duas décadas de presença da Educação das Relações Étnico-Raciais na legislação educacional brasileira, os livros didáticos ainda tendem a reproduzir uma visão de mundo eurocentrada e, portanto, colonial.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Livro didático. Ensino Médio.

THE ETHNIC-RACIAL ISSUE IN HIGH SCHOOL HUMANITY TEXTBOOKS: REFLECTIONS FROM THE STATE OF KNOWLEDGE

ABSTRACT

The article aims to reflect on the state of knowledge regarding the ethnic-racial issue in human sciences textbooks made available by the PNLD to high school students. The state of knowledge represents a type of bibliographic research and was conducted through searches in two databases. To initiate the searches, descriptors or search terms were initially defined, the space-time frame was delimited, and screening criteria were established. Subsequently, the material was fully read and organized based on thematic categories, facilitating discussion organized by axes. As a result, it was found that while not all selected works delve into theoretical-conceptual debates about the category of race, they all share the understanding that, despite the presence of the Education of Ethnic-Racial Relations in Brazilian educational legislation for over two decades, textbooks still tend to perpetuate a Eurocentric and, consequently, colonial worldview.

Keywords: Education of Ethnic-Racial Relations. Textbook. High school.



LA CUESTIÓN ÉTNICO-RACIAL EN LOS LIBROS DE TEXTO DE HUMANIDAD DE LA ESCUELA SECUNDARIA: REFLEXIONES DESDE EL ESTADO DEL CONOCIMIENTO

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el estado del conocimiento en torno a la cuestión étnico-racial en los libros de texto del área de Humanidades proporcionados por el PNLD para estudiantes de secundaria. El estado del conocimiento es un tipo de investigación bibliográfica que se llevó a cabo mediante búsquedas en dos bases de datos. Para realizar estas búsquedas, se establecieron inicialmente los descriptores, se delimitó el marco espaciotemporal y se establecieron los criterios de selección. Posteriormente, el material fue leído en su totalidad y organizado según categorías temáticas, lo que facilitó la discusión por ejes. Como resultado, se encontró que no todos los trabajos seleccionados abordan debates teórico-conceptuales sobre la categoría de raza; sin embargo, en todos se comprende que, a pesar de las más de dos décadas de presencia de la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales en la legislación educativa brasileña, los libros de texto todavía tienden a reproducir una cosmovisión eurocéntrica y, por lo tanto, colonial.

Palabras clave: Educación de las Relaciones Étnico-Raciales. Libro de texto. Escuela secundaria.

INTRODUÇÃO

A questão étnico-racial no Brasil é uma temática complexa, cuja análise exige que se considere, de modo articulado, aspectos históricos, políticos e interesses econômicos. Ao longo dos séculos, o país foi marcado pela miscigenação, resultando em uma sociedade aclamada como diversa e plural. Contudo, essa diversidade nem de longe se traduz em igualdade. Pelo contrário, as profundas desigualdades sociais e econômicas da atualidade estão diretamente relacionadas ao fato de que somos resultado de um processo histórico profundamente marcado pela escravidão.

No exercício de legitimar a posse de um ser humano por outro e a exploração de sua força de trabalho, o século XIX foi pródigo na criação de teorias pelas quais se buscava comprovar uma suposta superioridade biológica do colonizador. O darwinismo social, o determinismo biológico, a escola etnológico-biológica são alguns exemplos do esforço empreendido em nome da raciologia – pseudociência que só mais tarde viria a ser reconhecida enquanto tal (Márques, 2022).



Mesmo que hoje se tenha compreensão dos equívocos cometidos e disseminados em nome do conhecimento científico e dos enormes prejuízos por eles causados a populações inteiras, ainda há um longo caminho a ser trilhado, cabendo à educação um importante papel a este respeito.

Nesse sentido, a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) foi criada como resposta à necessidade premente de combater a discriminação racial que persiste na sociedade brasileira. A ERER ganha ênfase com a Lei 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da abordagem temática “história e cultura afro-brasileira”, sendo mais tarde complementada pela Lei 11.645/2008, que estabeleceu reformulação nas diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo também a obrigatoriedade da temática “história e cultura indígena”.

Esse é o contexto em que, nas últimas décadas, o debate sobre as relações étnico-raciais tem se ampliado, incluindo aspectos como ações afirmativas e políticas públicas em geral. Um debate que também se fez presente nas discussões que envolveram a recente Reforma do Ensino Médio e a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e que não pode deixar de lado a produção do material didático – em especial do livro didático distribuído pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

A preocupação em especial com o livro didático, se deve ao fato de que, ao ser apresentado a professores e estudantes como fonte do “conhecimento verdadeiro”, este material pode, a depender de seu conteúdo, tanto contribuir para uma educação antirracista quanto se tornar um veículo de reprodução de estereótipos. Como explicam Ferreira e Márques (2022, p. 14), isso ocorre quando o livro didático “reduz a participação do negro na história do país ao papel do escravo subjugado pelo colonizador. Somem, assim, sua arte, sua música, suas práticas curativas e religiosas, bem como sua resistência e luta”.

Neste artigo, desenvolvido no contexto de uma pesquisa mais ampla¹ buscamos refletir sobre o estado do conhecimento acerca da temática.

O Estado do Conhecimento é um tipo de pesquisa bibliográfica que se dá a partir de buscas em bases de dados e pode ser desenvolvido por diferentes caminhos. Na presente

¹ Trata-se do projeto “Marcadores sociais da diferença em livros didáticos do ensino médio recomendados pelo PNLD 2021” (APQ-0237121), desenvolvido com fomento da FAPEMIG.



pesquisa, recorreremos às contribuições de Francelino e Rebolo (2022), e de Morosini e Fernandes (2014), a partir das quais traçamos um percurso metodológico que se inicia com a delimitação do tema e se desdobra nas seguintes etapas: identificação e fixação de descritores ou termos de busca; definição das bases de dados; delimitação do recorte espaço-temporal; estabelecimento dos critérios de triagem; leituras e categorização-temática dos textos selecionados; discussão do conteúdo organizado por eixos temáticos.

O artigo se encontra organizado em três seções. Na primeira, explicamos os procedimentos metodológicos, e apresentamos o quantitativo resultante das buscas e as obras que constituem o *corpus* derivado da triagem. Na seção seguinte, analisamos o tratamento teórico-conceitual dado às noções de raça e/ou etnia, para, na terceira seção, refletirmos sobre as conclusões que a literatura analisada nos apresenta acerca da consideração às leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no livro didático de Ciências Humanas do ensino médio.

DO LEVANTAMENTO À COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* DA ANÁLISE

Partindo do nosso interesse de refletir sobre a produção que se volta ao estudo da questão étnico-racial no livro didático do ensino médio, passamos, então, à definição dos descritores que direcionaram as buscas nas bases de dados. Assim, utilizamos como descritores primários: “livro didático” AND “ensino médio”, ambos presentes no Thesauros Brasileiro da Educação (Brased), em cruzamento com o descritor secundário “ensino médio”, e com os termos “racial” OR “étnico-racial”, que não se encontram no Brased. Como nosso interesse de pesquisa se voltava originalmente ao Novo Ensino Médio, foram utilizados os filtros: publicações nacionais, em língua portuguesa, do período 2017-2023.

As buscas foram realizadas em duas bases com características distintas. Na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) procuramos por artigos publicados em periódicos com boas práticas editoriais, avaliação por pares e reconhecidos pelo sistema Qualis-Capes; na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) buscamos ter acesso e conhecimento das teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em programas de pós-graduação brasileiros.



Os resultados encontrados na primeira base de dados são os que seguem:

TABELA 1: Artigos publicados em periódicos (SciELO)

	RECUPERADOS	DESCRITORES EM CRUZAMENTO	SELECIONADOS
“Livro didático” AND “ensino médio”	14		
Racial OR “étnico-racial” AND “ensino médio”	20	01	01

Fonte: dados da pesquisa²

Na segunda coluna da tabela 1 está o quantitativo de artigos atendendo aos descritores primário e secundário em separado, o que nos permite constatar uma pequena prevalência de produções sobre a questão étnico-racial em relação a estudos que têm o livro didático do ensino médio como objeto. Contudo, ao colocarmos os descritores em cruzamento localizamos uma única produção, que foi incorporada ao *corpus* e será apresentada mais adiante.

A segunda base de dados consultada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), à qual recorreremos para verificar a presença do tema nos trabalhos defendidos em cursos de mestrado e doutorado brasileiros. Buscamos padronizar a dinâmica de pesquisa, utilizando os mesmos descritores, termos e filtros anteriormente informados, o que nos permitiu chegar aos seguintes resultados:

TABELA 2: Dissertações de Mestrado (BDTD)

	RECUPERADOS	DESCRITORES EM CRUZAMENTO	SELECIONADOS
“Livro didático” AND “ensino médio”	541		
Racial OR étnico-racial AND “ensino médio”	31	6	3

Fonte: dados da pesquisa

Como visto na segunda coluna da tabela 2, da busca por dissertações de mestrado chegamos a resultados bem diferentes dos encontrados quando buscamos por artigos. Aqui, chamou nossa atenção o grande número de produções referentes ao primeiro descritor,

² Os levantamentos nas duas bases de dados foram realizados entre os meses de outubro de novembro de 2023.



composto por “livro didático” AND “ensino médio”. Constatamos, entretanto, que a maior parte deste material se voltava ao livro didático do ensino fundamental.

Do cruzamento dos descritores resultaram seis trabalhos, sendo que após leitura dos resumos excluímos aqueles que tratavam de temas que se distanciavam do nosso interesse de pesquisa. Restaram, ao final, apenas três dissertações, que serão oportunamente apresentadas.

Passamos, então, ao levantamento das teses de doutorado, o que também fizemos a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os mesmos descritores, termos e critérios de busca e seleção.

Como se pode ver na tabela 3, também aqui encontramos uma quantidade muito maior de produções com o primeiro descritor do que com o segundo, contudo, mais uma vez, o cruzamento dos descritores resultou em uma quantidade muito pequena: apenas duas teses de doutorado.

TABELA 3: Teses de Doutorado (BDTD)

	RECUPERADOS	DESCRIPTORES EM CRUZAMENTO	SELECIONADOS
“Livro didático” AND “ensino médio”	111		
Racial OR étnico-racial AND “ensino médio”	09	02	01

Fonte: dados da pesquisa

Tal como nos levantamentos anteriores, a segunda etapa do trabalho consistiu na leitura dos resumos das teses que apresentavam os descritores completos em cruzamento, o que nos levou a selecionar apenas uma delas, uma vez que a outra tese contemplava a temática restritamente em livros didáticos de Biologia.

Chegamos, assim, a um *corpus* constituído por um artigo publicado em periódico com avaliação por pares, três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, que apresentamos no quadro que segue.

QUADRO 1: Produções selecionadas

	AUTOR(A) E TÍTULO	PERIÓDICO OU PPG/IES	ANO DE PUBLICAÇÃO OU DEFESA
--	-------------------	-------------------------	-----------------------------------



A R T I G O	COSTA, P. H. da S.; RODRIGUES, R. de A. Crítico “pero no mucho”: problematizando a abordagem de questões identitárias em uma unidade de um livro didático de inglês para o Ensino Médio.	Trabalhos em Linguística Aplicada	2021
D I S S E R T A Ç Õ E S	SOUSA, M. A. de. Jovens negras e a sala de aula: caminhos para promover o reconhecimento da negritude feminina por meio do ensino de Sociologia	PPG em Sociologia. UNESP	2020
	COSTA, W. N. N. da. Sociologia em “mangas de camisa”: representação do negro brasileiro nos livros didáticos.	PPG em Educação. UFRGS	2017
	ABDALLA, V. G. de. A Produção acadêmica sobre as relações étnico-raciais em livro didático (2005-2015)	PPG em Educação. UNIFES	2017
T E S E	ESPINHEIRA FILHO, I. de P. As poéticas negras brasileiras nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio: ausências, presenças e possibilidades de uma educação antirracista.	PPG em Educação. UFMG	2020

Fonte: dados da pesquisa

Em nossa primeira leitura do material, procuramos identificar objetivos, metodologia, referencial teórico e principais resultados apontados pelos(as) autores(as) das pesquisas em questão. Depois, na etapa seguinte, trabalhamos a partir de uma ficha contemplando três eixos de discussão: 1) Tratamento teórico-conceitual dado às noções de raça/ etnicidade /identidade étnico-racial; 2) Abordagem das Leis 10639/2003 e 11645/2008 no livro didático; 3) Possível articulação da discussão com o Novo Ensino Médio (NEM).

Ao preencher a ficha verificamos que o terceiro eixo de discussão não se fazia presente nas obras analisadas. Nelas, o NEM não foi especificamente abordado, ainda que se tratasse de pesquisas sobre livros didáticos dirigidos ao ensino médio. Tal fato se explica se considerarmos que se trata de trabalhos defendidos ou publicados após 2017, mas que apresentam resultados de pesquisas cujo desenvolvimento se deu enquanto a Reforma do Ensino Médio ainda estava em discussão ou tinha sido recentemente apresentada à sociedade.

Feita a triagem e a primeira leitura integral do material, passamos, agora, à apresentação dos elementos centrais de cada texto, o que fazemos iniciando com o artigo selecionado.



De autoria de Costa e Rodrigues (2021), o artigo problematiza a visão de criticidade em um livro didático de inglês para o 1º ano do Ensino Médio, pertencente a uma coleção aprovada pelo PNLD-EM 2018, e aponta estratégias para lidar com lacunas identificadas no material, a serem suprimidas também por meio de “uma formação de professores realmente crítica e antirracista” (Costa; Rodrigues, 2021, p.500).

No artigo são primeiro apresentadas algumas concepções de criticidade, identificadas como: “pensamento crítico”, “relevância social” e “modernismo emancipatório”. Depois, é firmada a adesão das autoras à chamada “prática problematizadora”, concepção de criticidade tratada em obra de 2004 pelo linguista australiano Alastair Pennycook. Costa e Rodrigues (2021) defendem a Linguística Aplicada Crítica (LAC) como uma prática problematizadora, uma vez que busca levantar novos questionamentos sobre ética, política e conhecimento.

No decorrer do texto também é feita a defesa da necessidade de se realizar uma reflexão sobre naturalizações construídas a respeito de raça e etnia através do Letramento Racial Crítico, razão pela qual sustenta-se que “para realizar uma análise relevante e coerente que seja pautada em pedagogias críticas próprias para o século XXI, isto é, decoloniais, indisciplinadas, transgressivas e/ou queer”, é necessário que o docente tenha disposição para “abordar e problematizar questões raciais, além de questões de gênero, sexualidade e classe, tanto no material didático quanto na formação docente” (Costa; Rodrigues, 2021, p.503).

Assim, o artigo pondera, ao final, que para promover práticas pedagógicas antirracistas e problematizadoras, é preciso que a formação docente envolva um Letramento Racial Crítico. E que, em paralelo a isso, a qualidade dos livros didáticos seja permanente objeto de questionamento, sempre com vistas ao aprimoramento.

Passando para as dissertações de mestrado, no trabalho de Sousa (2020), são abordadas as dificuldades enfrentadas por mulheres negras numa sociedade com heranças patriarcais e racistas, e a necessidade de se desconstruir estereótipos negativos.

Neste contexto, a escola é reconhecida como um espaço de grande interação social, e, portanto, onde os marcadores sociais de raça e gênero se manifestam constantemente. Apesar da intersecção do racismo e do sexismo afetar a vida de mulheres negras estudantes, a autora



verificou através da análise de livros didáticos de Sociologia que integram o PNLD dos anos 2012, 2015 e 2018, que havia pouco debate sobre interseccionalidade nos mesmos.

Além disso, das ausências no livro didático, tal como no artigo de Costa e Rodrigues (2021), a dissertação de Sousa (2020) chama a atenção para a necessidade de investimento da formação do professor para o trabalho com a temática.

Também dialogando mais diretamente com a disciplina de Sociologia, a segunda dissertação analisada, de autoria de Costa (2017), teve como objetivo verificar de que maneira os estudos das relações raciais foram abordados nos livros didáticos dessa disciplina selecionados pelo PNLD-EM 2015.

O autor reforça a necessidade do compromisso intelectual dos sociólogos com uma agenda de educação antirracista, uma vez que a escola pública é considerada uma das principais instituições no acolhimento de políticas públicas promovidas pelo Estado para atender a demandas por reconhecimento de grupos que foram marginalizados historicamente. Nesse sentido, a pesquisa destaca que “a disciplina de Sociologia representa uma ferramenta fundamental para a compreensão e desconstrução do imaginário social que percebe a marginalização da população negra brasileira como natural” (Costa, 2017, p.24)

Ao analisar os livros selecionados, chama a atenção do autor que, não obstante a existência de intelectuais negros dedicados ao assunto, a abordagem da questão étnico-racial em referido material é geralmente subordinada “aos estudos realizados por autores brancos, sobretudo Florestan Fernandes e seus pares da escola paulista de Sociologia” (*idem*, 2017, p.113). Assim, o caminho por ele proposto foi o de analisar as representações do negro nas obras em questão à luz da produção de intelectuais negros que acabaram sendo alijados do próprio campo acadêmico das Ciências Sociais, e que por isso, salvo algumas exceções, a potência de suas vozes pouco foi considerada até muito recentemente.

Neste contexto, diz costa (2017), o apagamento histórico da intelectualidade negra e de suas contribuições teóricas sugere a persistência do racismo epistêmico³. Assim, as ideias e

³ Reconhecido como um dos precursores do conceito, Nogueira (2014, p. 15-16) nos explica que “o racismo epistêmico remete a um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que recusam a validade das justificativas feitas a partir de referenciais filosóficos, históricos, científicos e culturais não ocidentais. [...]. Com isso, o conhecimento gestado dentro de um desenho geopolítico ocidental é privilegiado em relação aos outros”



representações presentes nos livros didáticos não são neutras, mas refletem e podem reforçar ideologias dominantes (Costa, 2017).

Passando à terceira dissertação selecionada, temos no trabalho de Abdalla (2017), que investigou as contribuições de dissertações e teses desenvolvidas entre 2005 e 2015 nas quais foram enfocadas as questões étnico-raciais no livro didático para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A partir do material por ela analisado, a autora identificou que as teses e dissertações registram avanços importantes nos livros didáticos, como o aumento da presença de personagens negros, contudo, mostram, também, que isso está se dando sem que seja alterada uma tradicional visão de mundo eurocêntrica. Nesse sentido, a pesquisa de Abdalla (2017) indica a necessidade de superarmos a ideia equivocada de que teríamos uma democracia racial consolidada, cabendo, ao contrário, reconhecer a existência do racismo para de fato enfrentá-lo.

A Lei 10.639/2003 representou um avanço significativo, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas do país. E é neste contexto que a autora destaca a importância do livro didático,

[...] em virtude de ser um material manipulado diariamente e, muitas vezes, corresponder o único ao qual o aluno tem acesso, o livro didático possui um peso na formação educacional, cultural e cidadã. O livro didático apresenta manifestações culturais, podendo ser compreendido como produtor de representações histórico-sociais capazes de reforçar estereótipos, ressaltando o eurocentrismo presente no sistema educacional brasileiro (Abdalla, 2017, p.20).

De acordo com a pesquisadora, após 20 anos de aprovação da citada lei, ainda é comum, nos livros didáticos, a manutenção de uma educação eurocêntrica. Isso se observa na presença de algumas contradições e de imagens descontextualizadas, que privilegiam uma apresentação da história na qual as culturas africanas e indígenas são tratadas como exóticas, colaborando, assim, com a reprodução do preconceito e a propagação do racismo na escola (Abdalla, 2017).



Tal como mencionado por Costa e Rodrigues (2021), e por Sousa (2020), também para Abdalla (2017) é importante que o tema seja tratado com mais profundidade na formação de professores, de modo a propiciar aos docentes acesso ao conhecimento e às habilidades necessárias para uma abordagem de questões étnico-raciais com mais propriedade.

Passando ao último trabalho selecionado, temos a tese de Espinheira Filho (2020), que objetivou discutir “o papel do livro didático nos debates sobre as relações raciais no tocante à presença e à ausência de poéticas negras brasileiras (PNB) nos projetos didáticos de cinco coleções que circulam em escolas públicas do Brasil, publicadas no ano de 2013” (*idem*, p. 9).

O autor aponta a necessidade da decolonização do Livro Didático de Língua Portuguesa com intuito de “fomentar e tensionar novos espaços de conhecimento e reconhecimento sobre língua, literatura e cultura” (Espinheira Filho, 2020, p. 10). Assim, diz ele, os livros didáticos são omissos, pois não contemplam textos de “escritores canônicos negros, intelectuais mediadores, em seu tempo, de uma leitura crítica de si e do mundo, que problematizaram de forma ampla os temas da negritude e do mundo negro” (*idem*, p. 31).

Diante desse contexto, o pesquisador defende que é imprescindível promover ações que revelem essa invisibilidade, no intuito de superar o racismo nas diferentes esferas que constituem o sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, fomentar o reconhecimento da intelectualidade de pesquisadores e escritores negros.

A tese em discussão envolveu análise a qualitativa das obras didáticas a partir de duas categorias: a presença de poéticas negras brasileiras e a presença de poéticas negras africanas. Estas, por sua vez, foram divididas em subcategorias. Da primeira derivaram: textos de autoria negra brasileira; citação de autores negros brasileiros; cinema negro brasileiro como elemento de intertextualidade; contextualização histórica para se discutir a cultura, a história e a identidade negra brasileira. Da segunda foram extraídas: música negra brasileira como elemento de análise, de intertextualidade sobre a história, a identidade e a cultura negra no Brasil; e as artes plásticas produzidas por negros que evidenciam a história, a cultura e a identidade negra brasileira em um contexto de leitura e análise (Espinheira Filho, 2020).

Ao analisar os dados, assim como verificado nas outras produções em discussão, o pesquisador também destacou o papel da Lei 10.639/2003 no fomento da valorização da



pluralidade cultural, com ênfase na cultura afro-brasileira, e denunciou a presença de discursos estereotipados implícitos nas coleções analisadas, observando que tal presença contribui fortemente para o silêncio e invisibilidade das autorias negras (Espinheira Filho, 2020).

Nesta perspectiva, o autor enfatiza que os livros didáticos trazem um discurso que ainda contribui para a dominação e hierarquização racial ao estabelecer, ainda que implicitamente, a soberania de uma intelectualidade branca, e destaca que este é um desafio a ser enfrentado.

Assim, é relevante repensar e reformar as práticas educacionais, buscando incluir vozes, histórias e expressões artísticas de diversas culturas e grupos étnicos. Se faz necessário refletir sobre as políticas públicas educacionais, em especial o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, pois essas ações podem contribuir para uma abordagem mais ampla e justa no campo da educação e rejeitar concepções e normas estéticas que foram historicamente impostas como únicas.

RAÇA/ETNIA: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O conceito de raça é originário da biologia e nem sempre foi utilizado para exprimir a diversidade da população humana. Este uso passou a se dar já na transição para a idade contemporânea, em meio a debates que envolviam duas versões: a monogenista, pela qual se defendia que todos os seres humanos teriam uma origem comum, e a poligenista, segundo a qual grupos humanos com características diferentes teriam origens igualmente diversas. Alimentando e usufruindo de tais debates, estavam interesses colonialistas europeus, favorecedores da manutenção da exploração e da escravidão de outros povos, tratados, na ocasião, como inferiores (Márques, 2022).

No Brasil, além do termo raça ser usado como ferramenta classificatória, a mestiçagem e seus efeitos acabaram sendo transformados em categorias centrais para a interpretação da história do país e para especulações sobre seu futuro. Isso porque com a ascensão das teorias raciais, criou-se o entendimento de que o país não se desenvolvia devido



à prevalência de população negra – defendendo-se, então, um processo de branqueamento populacional, a ser realizado por meio da substituição do trabalho (até então escravo) do negro pela mão de obra assalariada de origem europeia (Seyferth, 1995; Márques, 2022).

Hoje, devido ao desenvolvimento das pesquisas com o DNA mitocondrial e nuclear, não resta dúvidas de que a noção biológica de raça não é aplicável aos seres humanos, como já demonstrado por Paty (1998). Contudo, o termo ainda se faz necessário enquanto categoria sociológica. É na história dos usos da ideia de raça que se pode melhor compreender e mesmo dimensionar os prejuízos causados aos negros pelo racismo historicamente entranhado (Márques, 2022).

Como parte deste contexto, de desenvolvimento da genética e da biologia molecular, na segunda metade do século XX o conceito de etnia passou a ser empregado em substituição ao de raça. Contudo, esclarece Munanga (2003), a exclusão do conceito não altera a realidade do racismo, que simplesmente “não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje (*idem*, p. 13).

Feitas estas considerações, passamos, então, à apreciação de como os trabalhos selecionados abordam conceitualmente as categorias que estão na centralidade do debate étnico-racial. Nossa primeira observação a respeito é que nem todos os textos se ocuparam de uma discussão conceitual acerca de raça e/ou etnia. No artigo selecionado, por exemplo, não encontramos um trabalho de delimitação conceitual, o que não acarreta em prejuízos ao debate, posto que estão presentes importantes reflexões sobre a questão da identidade étnico-racial, oportunizadas pela análise de uma coleção de livros didáticos.

Já nas dissertações, dada a própria natureza desse tipo de trabalho acadêmico, encontramos seções inteiras dedicadas a discussões conceituais, como o que se vê no trabalho de Abdalla (2017), que discute conceitos fundamentais para tratarmos das relações étnico-raciais em nossa sociedade, tais como racismo e discriminação racial.

A discussão empreendida pela autora recorre à obra de pesquisadores negros consagrados, como Kabengele Munanga (2003), que nos esclarece que



Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2003, p. 7).

Na dissertação de Sousa (2020), a autora trabalha conceitualmente com as dimensões do racismo com base em estudos de Jurema Werneck, e fornece uma perspectiva valiosa sobre como o racismo se manifesta como um sistema institucionalizado. Assim, o racismo é visto como estrutural e sistêmico, o que implica em reconhecer que vai além dos comportamentos e atitudes (aparentemente isoladas) dos indivíduos. Para compreender o que se dá na dimensão internalizada, institucional e interpessoal, cabe examinar as maneiras pelas quais as estruturas sociais perpetuam desigualdades com base na aparência, em determinados fenótipos.

Em termos conceituais, o trabalho em questão também evidencia o viés interseccional entre raça e gênero como marcadores sociais que se articulam e estruturam a negritude feminina. Ao analisar livros didáticos de Sociologia aprovados em editais do PNL D dos anos de 2012, 2015 e 2018, a autora o faz pela perspectiva da interseccionalidade, o que permite que sua pesquisa traga contribuições para a compreensão dos limites e possibilidades de referido material contribuir para a consolidação do processo de formação identitária de jovens estudantes negras (Sousa, 2020).

Na terceira dissertação analisada, de Costa (2017), o autor aponta o conceito sociológico de raça como uma questão que carece de debate nos materiais didáticos. O pesquisador observa que, na intenção anunciada de superar a já entranhada noção biológica do conceito, os autores da obra didática por ele analisada optaram pelo conceito de etnia ao abordar a questão étnico-racial, o que se tornou problemático, pois, como esclarece o pesquisador:



[...] este livro didático trabalha apenas com a noção **biológica** de raça e oferece o conceito de etnia/etnicidade como o mais adequado para interpretar a questão racial. Entretanto, há duas considerações a fazer: a primeira é que o conceito de etnia, via de regra, não é o mais adequado quando se trata de estudos envolvendo a população negra [que] é muito diversa para ser concebida como etnia, o que nos leva à segunda consideração: o conceito sociológico de raça é o mais utilizado para compreendermos a lógica do racismo. Por este viés, raça é um constructo social – e não biológico [...] (Costa, 2017, p. 104; sem grifos no original).

Nesse sentido, como já vimos com Munanga (2003), ao invés de recorrer apenas à categoria etnia, o trabalho com a noção sociológica – e não a biológica – de raça é fundamental para a compreensão das questões relacionadas à forma como a diversidade racial e étnica foi historicamente tratada no país.

Condizente com este raciocínio, na única tese em apreciação o debate não se deu pela questão étnica, mas sim tomando como eixo uma problematização do conceito biológico de raça, que, destaca o autor “[...] se configura como construção social do projeto de colonização brancocêntrica” (Espinheira Filho, 2020, p. 97). Foi esta problematização que tornou possível compreender “a experiência da raça num corpo social racializado historicamente” (*idem*, p. 107) e desvelar o já mencionado racismo epistêmico presente nas obras didáticas analisadas pelo autor.

O LIVRO DIDÁTICO E AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008

Identificadas as orientações conceituais dos(as) autores(as), passamos ao segundo eixo de discussão, relativo à verificação de como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 estão sendo atendidas pelo livro didático do ensino médio.

Como visto, a Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura-Brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB afim de promover um currículo escolar antirracista, que reconheça e valorize a população negra – o que depois foi estendido às populações indígenas com a Lei 11.645/2008. Nesse sentido, referida legislação representa um avanço na democratização do currículo brasileiro, favorecendo aos educandos negros e indígenas o reconhecimento e a valorização de sua identidade, bem como da



importância dos conhecimentos e do trabalho de seus ancestrais na formação do que hoje chamamos de sociedade brasileira. No entanto, as pesquisas apontam que a implementação prática ainda não alcança plenamente esses objetivos, sendo possível concluir que há necessidade de avaliação contínua e ajustes para garantir que os objetivos pedagógicos sejam atingidos de fato.

Cada um dos trabalhos analisados abordou de maneira singular uma temática que se dá na articulação da EREER com o livro didático. Mesmo reconhecendo essas singularidades, chama a atenção que alguns aspectos se fazem presentes na maioria das obras selecionadas, como a importância da Lei 10.639/2003 e a constatação da permanência do racismo em materiais disponibilizados aos estudantes do ensino médio pelo PNLD.

Em relação à Lei 11.645/2008, foi possível perceber que esta é bem menos mencionada do que sua antecessora, o que aventamos que também possa ter relação com disputas acadêmicas sobre as forças que teriam de fato demandado a inserção da cultura e da história indígenas na educação escolar nacional. A maioria dos textos analisados tem no horizonte questões relacionadas ao racismo de que são vítimas os negros na sociedade brasileira, como se vê nas pesquisas de Espinheira Filho (2020), Sousa (2020), Costa (2017), Abdalla (2017). Portanto, era previsto que a Lei 10.639/2003 aparecesse com maior ênfase.

Esses trabalhos reforçam o entendimento de que materiais disponibilizados pelo PNLD-EM, em especial livros didáticos, ainda não incorporaram plenamente o que prevê a lei, e indicam que se faz necessário um esforço contínuo por parte das autoridades educacionais, dos produtores de materiais didáticos (autores e editoras), dos professores, e de toda a sociedade para garantir que aquilo que foi legislado seja amplamente considerado na prática educacional.

Um fato que merece atenção é que, apesar das pesquisas se referirem a livros didáticos de diferentes conteúdos (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Sociologia), todas apontam as mesmas dificuldades. Abdalla (2017) menciona que mesmo havendo o reconhecimento da diversidade cultural, a abordagem das relações étnico-raciais é feita de maneira superficial, o que foi constatado sobretudo pela presença de imagens e textos com pouca conexão entre si.



Assim como Abdalla (2017), as pesquisas de Sousa (2020) e de Costa e Rodrigues (2021) apontam para a importância de uma formação dos docentes que considere o letramento racial enquanto estratégia para que estes se sintam melhor preparados para contribuir para a efetivação da Lei 10.639/03 no chão da escola. Os docentes também necessitam de apoio e formação adequada para o desempenho do trabalho que deles é esperado – inclusive o de visibilizar e problematizar, junto a seus alunos, estereótipos porventura encontrados no material didático.

No artigo de Costa e Rodrigues (2021), as autoras chamam nossa atenção para discrepâncias presentes nas orientações que o material por elas analisado dirige aos docentes. Ao mesmo tempo em que o livro didático anuncia a adesão a uma perspectiva crítica, nele se reproduz uma concepção de identidade rígida, oposta à compreensão de que as identidades são construções sócio-históricas que se dão de forma interseccionada.

Na tese de Espinheira Filho (2020), o autor discute que o livro didático, de fato, desempenha um papel crucial na prática pedagógica. Contudo, apesar de sua importância, este material também enfrenta críticas, incluindo preocupações sobre a possível falta de atualização de alguns conceitos e a abordagem pedagógica única. A reflexão contínua sobre essas questões é essencial para a melhoria do sistema educacional.

Já Abdalla (2017) se posiciona sobre a Lei 10.639/2003 manifestando que esta representou um avanço significativo, mas lembrando que ainda existem desafios na implementação efetiva de uma educação antirracista. A pesquisadora destaca a necessidade de uma abordagem crítica que desafie estereótipos e promova uma compreensão mais profunda das complexidades da experiência afro-brasileira ao longo do tempo.

Tais complexidades são aprofundadas em Sousa (2020), que convida a explorar a articulação dos temas da negritude e do feminino no ensino de Sociologia. Considerando os indicadores de raça e gênero como marcadores sociais da diferença que incidem mais fortemente nas vivências da mulher negra – que é quem se encontra situada na base da pirâmide social –, o ensino de Sociologia tem potencial para incitar reflexões em meio às quais as práticas pedagógicas poderão de fato articular-se aos pressupostos anunciados na legislação.



Considerando os trabalhos em discussão, vemos que apesar das mais de duas décadas de aprovação da Lei 10.639/2003, ainda existe uma distância entre a teoria e a prática, que se revela também em inconsistências e contradições encontradas nos materiais didáticos que foram objeto de estudo dos(as) pesquisadores(as). As pesquisas em questão apontam que isso pode ser resultado de vários fatores, incluindo disputas do mercado editorial, lacunas nos editais do PNLD, resistências de alguns setores da sociedade à implementação da lei, e até mesmo formação insuficiente dos professores, que também necessitam de preparo para explorar criticamente o material de que dispõem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo promoveu uma reflexão sobre o estado do conhecimento acerca da questão étnico-racial presente nos livros didáticos do ensino médio na área de Humanas, os quais foram aprovados por editais do PNLD. Para isso, a pesquisa se valeu de descritores específicos na busca por artigos, dissertações e teses sobre o tema, com foco especial no período de 2017 a 2023. As buscas foram realizadas nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os resultados revelaram uma quantidade limitada de produções sobre a temática étnico-racial nos livros didáticos do ensino médio, especialmente quando comparadas a estudos mais amplos sobre livros didáticos em geral. Após uma triagem feita a partir da leitura dos resumos de todo o material recuperado das bases, foram selecionados para análise detalhada um artigo, três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

As produções selecionadas abordam uma variedade de questões, desde a crítica da representação étnico-racial nos livros didáticos até a necessidade de mais investimentos na formação docente para o trabalho com a temática. Tais estudos destacaram a persistência do eurocentrismo e do racismo nos materiais didáticos, apontando para a importância de uma



educação antirracista que promova a valorização das contribuições culturais e intelectuais de grupos historicamente marginalizados.

Reconhecemos que, nas últimas décadas, os livros didáticos passaram por transformações significativas, com ganhos qualitativos. A implementação de comissões de avaliação compostas por professores especialistas resultou na redução do racismo manifesto, o que está diretamente relacionado ao fato de que os editais agora deixam claro que o descumprimento da legislação vigente acarreta na desclassificação imediata da obra (Ferreira; Márques, 2022).

No entanto, como indicam os dados da pesquisa, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que esses materiais estejam completamente isentos de manifestações mais sutis que também contrariam uma educação antirracista. O racismo velado ainda persiste na educação escolar brasileira e no livro didático. Nos livros da área de Humanas analisados pelos(as) autores(as) das pesquisas consultadas, essa forma de racismo se manifestou em situações como abordagens superficiais e aligeiradas da questão étnico-racial, na ausência de menção a intelectuais negros estudiosos do assunto, e mesmo na presença de iconografias marcadas por estereótipos.

No decorrer da pesquisa constatamos que enquanto alguns textos não se dedicaram explicitamente a uma discussão conceitual, outros mergulham na análise sociológica do racismo, problematizando conceitos como raça, etnia e interseccionalidade para examinar a estrutura e as manifestações desse fenômeno. Em comum, estes textos trouxeram uma crítica à substituição do conceito de raça pelo de etnia em alguns contextos, ressaltando que a compreensão sociológica da raça é fundamental para que se possa entender a fundo a dinâmica do racismo e desvelar suas implicações socioeconômicas, políticas e culturais.

AGRADECIMENTOS

À FAPEMIG pelo financiamento da pesquisa APQ-02373-21 e ao Programa Trilhas de Futuro - Educadores, da SEE/MG.



REFERÊNCIAS

ABDALLA, Vanilda Goncalves de. **A produção acadêmica sobre as relações étnico-raciais em livro didático (2005-2015)**. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017. Disponível em:

<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/50212>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática. “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2008.

COSTA, Patrícia Helena da S.; RODRIGUES, Raquel de Almeida. Crítico “pero no mucho”: problematizando a abordagem de questões identitárias em uma unidade de um livro didático de inglês para o ensino médio. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 60, v. 2, p. 500-517, mai./ago. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tla/a/P5Bfbw94hsWdD5zKHvNHhHj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

COSTA, Wellington Narde Navarro da. **Sociologia em “mangas de camisa”**: representação do negro brasileiro nos livros didáticos. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168822/001047478.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2023.

ESPINHEIRA FILHO, Ivan de Pinho. **As poéticas negras brasileiras nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio**: ausências, presenças e possibilidades de uma educação antirracista. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35528>. Acesso em: 20 out. 2023.

FERREIRA, Gustavo Donizete da Matta; MÁRQUES, Fernanda Telles. A questão étnico-racial no livro didático de História do 8º e do 9º ano do ensino fundamental. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/37079>. Acesso em: 25 fev. 2024.



MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 26 de out. 2023.

MÁRQUES, Fernanda Telles. Raça, racismo e educação: algumas reflexões. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL MOVIMENTOS DOCENTES, 2022, Diadema, SP. **Anais [...]**. v. 3, p. 1-12, Diadema, Unifesp, 2022. Disponível em:

<https://www.vveditora.com/eventos/978-65-88471-76-0>. Acesso em: 13 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação PENESB, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nooes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NOGUERA, Renato. **Ensino de filosofia e a lei 10639**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, n. 93, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581/7559>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SOUSA, Mariana Alves de. **Jovens negras e a sala de aula**: caminhos para promover o reconhecimento da negritude feminina por meio do ensino de Sociologia. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Marília, 2020. Disponível em:

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573314>. Acesso em: 10 out. 2023.

PATY, Michel. Os discursos sobre as raças e a ciência. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, ago. 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/H35W6xQCn4jX8cTSnGKXJwv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.



SOBRE A AUTORIA:

[*] Cientista social. Doutoranda em Educação pela Universidade de Uberaba, com mestrado em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Docente e gestora na rede estadual de educação de Minas Gerais. ORCID 0009-0007-8938-570X – email: lidiane.magalhaes@educacao.mg.gov.br

[**] Cientista social com mestrado e doutorado pela Unesp de Araraquara, e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do corpo permanente do Programa de pós-graduação em Educação Uniube (campus Uberaba) e do Programa de pós-graduação profissional em Educação Uniube (campus Uberlândia). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Diversidade para a Cidadania (GEPEDiCi). ORCID 0000-0001-5943-3255 - e-mail Fernanda.marques@uniube.br

Submetido em: 15 de Maio de 2024.

Aprovado em: Fevereiro de 2025.

Publicado em: Fevereiro de 2025.